



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 23-08-2023

Ata nº 17

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
Daniel Domingues Alves	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 17-08-2023

Operações Orçamentais	407.990,99€
Operações de Tesouraria	597.734,29€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

**Esta reunião foi secretariada por Ana Isabel Fernandes Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.**

## I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara Municipal iniciou a reunião cumprimentando os Vereadores e o Público e começou por referir a programação do mês de agosto, que inclui o “Melgaço em Festa” e o “MDOC – Festival Internacional de Documentário de Melgaço”.

Em relação ao MDOC – Festival Internacional de Documentário de Melgaço, o Presidente destacou a presença de muita gente, incluindo a adesão da população em algumas Freguesias, sobretudo na Freguesia de Alvaredo, nos dois momentos que lá se realizaram: a apresentação do livro de fotografia “Labuta” de João Gigante, sobre a freguesia de Alvaredo, e a visualização dos documentários produzidos no âmbito do Fora de Campo – Curso de Verão contaram com a participação massiva da população. No que respeita aos filmes, sublinhou o encerramento da 9.ª edição com chave de ouro com a projeção, na Torre do Castelo, do documentário “Cesária Évora”. O Presidente referiu ainda a presença de Tiago Brandão Rodrigo, deputado da Assembleia da República, Paulo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal do Fundão, que nos visitou para perceber o trabalho realizado e nos convidar para uma visita ao concelho do Fundão, e António Cunha, Presidente CCDR Norte, que esteve presente no encerramento e deu nota do seu gosto em conhecer o Festival e a nossa programação cultural. Por fim, o Presidente informou que transmitiu ao Presidente CCDR Norte a sua ambição de investimento nos equipamentos culturais.

No que respeita ao Melgaço em Festa, o Presidente começou por sublinhar a adesão ao Festival Internacional de Folclore “O Mundo a Dançar” e a aposta conseguida na distinta localização da “Festa do Emigrante”, que funcionou muito bem. Dirigiu, ainda, uma palavra de agrado para o Mercado Medieval e para os vários concertos e atuações de DJ, especialmente o do cantor Toy, no sábado, e o da fadista Cuca Roseta, no domingo, que foi seguido pelo bonito espetáculo piromusical. O Presidente da Câmara destacou como uma das novidades desta edição a realização, no sábado 12 de agosto, do Cortejo Histórico, considerando-o crucial para o futuro. Sobre este Cortejo, realçou o papel das Associações e Juntas de Freguesia, prestando a sua homenagem às pessoas que participaram e à adesão ao conceito, e prevê a sua evolução nos próximos anos, quem sabe para se tornar no momento chave do Melgaço em Festa. Continuou com uma palavra para a Festa C(r)astreja, destacando o concurso do Cão de Castro, que este ano contou com uma enorme participação, tendo quase duplicado o número de animais inscritos. Terminou por evidenciar a adesão extraordinária da população melgacense, a quem se juntou muita gente de fora, com destaque para o povo Galego.

O Vereador José Passos Rodrigo tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e começando por dar nota e parabenizar pelo êxito alcançado nas iniciativas do Melgaço em Festa. Congratulou e agradeceu aos trabalhadores que participaram e muitos contribuíram para o sucesso. Informou que acompanhou a maioria dos eventos, tendo a oportunidade de verificar a notória participação do público, mesmo na Branda da Aveleira, no dia do Brandeiro. Considerou as Festas em Castro Laboreiro muito bonitas, originais, com uma rusticidade muito interessante. Lembrou que o clima favoreceu esta edição em conjunto com o maior poder de iniciativa e criatividade da programação e acolhimento dos protagonistas. Recordou o Vereador José Passos Rodrigo o contributo da sua bancada concretizado o ano passado através de observações com o propósito de melhoria para um maior sucesso. Relembrou que, muitas vezes, com uma organização mais acessível e económica se consegue alcançar bons e até melhores resultados,



sendo exemplo a organização deste ano. Sobre o Festival Internacional de Folclore “O Mundo a Dançar” disse que superou em muito a afluência do público. Quanto aos concertos e DJ, referiu que foi bem visível a expressiva afluência. Em relação ao Mercado Medieval notou maior riqueza e diversidade, nomeadamente nos produtos locais, gastronomia, artesanato. Enfatizou, ainda, os atores e artesão que criaram cenas histórias que se destacaram face ao ano passado.

Continuou o Vereador José Passos Rodrigo dirigindo os parabéns às Juntas de Freguesia e às associações pelo memorável Cortejo Histórico que entusiasticamente protagonizaram e ao qual o público aderiu com gosto. Referiu que esta atividade recomeçou com êxito, sendo um ponto de partida para a sua evolução nos próximos anos, cabendo aos protagonistas continuar e desenvolver o trabalho realizado, promovendo e captando pessoas para o desfile e encenações. Nesta matéria, o Vereador sugeriu integrar, a par dos momentos históricos, as etnografias locais, dando o exemplo dos temas dos carros e atrelados, prevendo um duplo sucesso se as associações e Juntas de Freguesia alinharem.

O Vereador José Passos Rodrigo terminou o tema da programação do Melgaço em Festa destacando a atuação da fadista Cusa Roseta e do magnífico e surpreendente espetáculo piromusical, vaticinando que quem veio recomendará, sendo esta a melhor publicidade gratuita que poderíamos ter. No que respeita à publicidade do evento, afirmou que a mesma deve ser mais expansiva e exaustiva – quer em todo o lado do concelho e em todo o Alto Minho, quer, ainda, na Galiza – de forma a trazer mais notoriedade e valor acrescentado ao evento.

Em relação ao bar de bebidas localizado no Largo do Mercado, em frente ao palco onde se realizaram diversas atividades do Melgaço em Festa, o Vereador José Passos Rodrigo informou que foi levado ao seu conhecimento que quatro comerciantes foram informalmente convidados pela Câmara Municipal para, em conjunto, participarem nas vendas, ficando a instalação a cargo dos comerciantes, sendo que, na última reunião sobre o tema, a Câmara, supostamente, reclamou o pagamento de 1.000€, tendo um desistido e três aceitado. Consequentemente, perguntou por que motivo tinha a Câmara Municipal que cobrar tal valor, quando existem dois cafés nas imediações, que iriam beneficiar das atividades sem qualquer encargo adicional e, por outro lado, a ser verdade, afirmou que sendo convidados não deviam ser cobrados valores, pois não faz sentido cobrar a convidados. O Vereador questionou, ainda, se houve a preocupação dos serviços na criação de regras para o convite e cobrança de valores, e qual a razão da seleção das quatro entidades e não outras. Conclui que, a ser verdade, entra-se num clima de injustiça, mal-estar e falta de competitividade e associativismo.

Termina a intervenção o Vereador José Passos Rodrigo expondo a situação que testemunhou de deposição de restos de relva cortada pelos serviços municipais mesmo em frente ao acesso principal do Rio's Bar. Esclareceu que os resíduos se encontravam no local indicado no dia de anteontem, pelas 22:30, e que continuavam lá ontem às 12:30. Conclui que estas situações são de evitar, principalmente num período de grande movimento, pois não transmitem uma boa imagem do Município.

Tomou a palavra o Vereador Manuel Fernandes solicitando o ponto de situação sobre o tema dos incêndios, incluindo no âmbito da prevenção, na medida em que estão reunidas as condições propícias à ocorrência de incêndios, com o intenso calor que se faz sentir. De seguida, relativamente a Castro Laboreiro, recordou uma reunião realizada em finais de maio de 2022,



onde foi apresentado o projeto da escultura do busto do cão de Castro Laboreiro e também o projeto do que poderia ser o Plano de Pormenor daquela Vila. Tendo decorrido mais de um ano e não tendo qualquer sinal de avanço ou de recuo, questionou o Vereador se houve alguma recetividade da população, se o processo já caducou, se é necessário encetar outro.

Tomou a palavra a Vereadora Sónia Trancoso para transmitir o desagrado dos turistas em relação às Termas de Melgaço, pois assistiu a reclamações pelo encerramento da fonte, esclarecendo que as Termas estão a funcionar, mas não a totalidade dos equipamentos que as integram.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal para, primeiramente, agradecer o elogio do Vereador José Passos Rodrigo à organização do Melgaço em Festa, extensivo às Juntas de Freguesia e Associações que participaram. Deu nota da presença interessante, na Alameda, de barraquinhas de venda de produtos alimentares da responsabilidade das Associações, que aproveitaram o desafio para arrecadar receitas de forma autónoma e com empreendedorismo, ganhando, por outro lado e também, o Município e as pessoas que visitaram o Mercado. Informou que o feedback das associações foi positivo e que aproveitou o momento para as desafiar a participar em muitos outros momentos ao longo do ano.

Continuou o Presidente respondendo ao Vereador José Passos Rodrigo em relação à proposta de o Cortejo Histórico integrar uma vertente etnográfica, lembrando que há muitos anos o cortejo era etnográfico, mas que a intenção este ano foi realizar um Cortejo Histórico, o primeiro, notando que a evolução deste tem que ser pensada para não cairmos na tentação perigosa de repetição de eventos realizados noutros concelhos, e esclarecendo que não está em cima da mesa incluir a vertente etnográfica, mas sim desenvolver o tema Histórico, onde há muito por onde crescer.

Relativamente à divulgação do evento, o Presidente referiu que a aposta foi muito grande, quer a nível local, onde circulou um carro publicitário, mas também ao nível regional, através da distribuição de flyers em todo o Minho e também na Galiza, o que se comprovou com a presença considerável de galegos.

Tomou a palavra o Vereador José Passos Rodrigo para esclarecer que a sua intenção em relação ao Cortejo, não é substituir a sua natureza histórica, mas sim integrar o tema da etnografia, pois também é história, notando que, para evitar repetições, há que inovar dentro das raízes, começando nas pessoas e acabando nos materiais. Quanto à divulgação, assume que desconhecia a distribuição de flyers.

O Presidente da Câmara retomou os esclarecimentos ao Vereador José Passos Rodrigo, começando por referir a polémica quanto à localização do palco, cujo objetivo foi a criação de duas áreas bem distintas e autónomas, considerando-o cumprido face aos números das assistências nos vários dias do Melgaço em Festa. Quanto ao bar na zona dos concertos, esclareceu que todos os bares foram convidados para a partilha do espaço, sem qualquer contrapartida monetária. No entanto, face à possibilidade da atuação do DJ Fernando Alvim, que não estava programado, e ao conseqüente aumento da despesa, os bares foram questionados se estavam interessados nesta atuação e se estavam, conseqüentemente, interessados em partilhar a despesa, no valor de 200€ cada. Perante esta proposta, um dos bares desistiu da participação e os outros três participaram como foi proposto.



Relativamente à limpeza do Rio's Bar, o Presidente lamentou o sucedido, mas enaltece o trabalho bem realizado no tratamento dos espaços verdes municipais, que dota o Município de jardins lindos, apontando as suas preocupações quanto ao despejo de materiais volumosos junto aos contentores, sem a utilização do serviço municipal de monstros.

O Vereador José Passos Rodrigo responde dizendo que para além do brio demonstrado nos jardins e espaços verdes, deve o Município demonstrar que tem brio na recolha dos resíduos.

O Presidente da Câmara lembrou que para além de recolher os resíduos, também os tratamos convenientemente na central de compostagem, destacando-se o Município, agora, no território com mais uma valia no âmbito dos resíduos vinícolas.

O Vereador José Passos Rodrigo concorda que o Município de Melgaço é um dos que melhor trata os resíduos. Contudo, sublinha que é de evitar situações como as que reportou no Rio do Porto. Propôs, ainda, que os trabalhadores coloquem os resíduos nos sítios próprios e não os deixem no meio do caminho, na medida em que causam mau aspeto numa das zonas nobres de lazer e recreio do Concelho.

Em resposta às questões colocados pelo Vereador Manuel Fernandes, o Presidente começa por referir que o país está melhor no que respeita à prevenção e combate aos incêndios, afirmando que as coisas têm corrido bem, esperando que assim se mantenham. No entanto, alerta para os meses de setembro e outubro, que já mostraram, noutros anos, serem meses difíceis nesta matéria. Relativamente à prevenção, lembra que o concelho tem duas equipas EIP em funcionamento permanente e também uma equipa de bombeiros de reforço em permanência. Espera que a ausência de incêndios em grande escala continue, ainda que tenham sido verificadas poucas situações de pequena escala. Relacionado com a matéria, o Presidente informa que não há reportes de dificuldades no abastecimento de água.

Quanto à questão sobre o Plano de Pormenor da Vila de Castro Laboreiro, o Presidente da Câmara assume que o Vereador Manuel Fernandes tem razão, pois no primeiro semestre deste ano foram publicados o Plano de Pormenor das Carvalhiças, o Plano de Pormenor do Peso, bem como a alteração ao PDM e à REN, faltando o Plano de Pormenor da Vila de Castro Laboreiro. No entanto, informa que todo este trabalho é realizado por uma equipa técnica curta, ainda que auxiliada, em certos casos, por fornecedores externos, pelo que não é possível concretizar tudo. Esclarece, ainda, o Presidente que o referido Plano está praticamente pronto e que já transmitiu ao chefe da DPGT a necessidade de reativar o procedimento, que passará por auscultar a população no período de discussão pública.

Em relação à questão colocada pela vereadora Sónia Trancoso, o Presidente admite que não tem detalhes sobre o horário de funcionamento dos vários equipamentos das Termas, que a Câmara Municipal colabora com a empresa mais no âmbito do Parque e do Bar e que irá informar-se sobre as equipas termais em funcionamento.

## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

234. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 10 de 17-05-2023.  
O Vereador José Passos Rodrigo afirma que vai entregar, amanhã, uma lista com correções e acréscimos à ata.  
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 10 de 17-05-2023.  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

235. Justificação de faltas.  
Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

### **Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura**

236. Presente para efeitos de aprovação, a proposta de atribuição de auxílios económicos de Ação Social Escolar para o ano letivo 2023/2024, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

A vereadora do Pelouro, Maria de Fátima Rodrigues de Sousa, esclareceu que este ano foram apresentadas 45 candidaturas, tendo sido aprovados 36 auxílios, 5 no Centro Escolar de Pomares no âmbito do 1.º Ciclo, 10 no pré-escolar do Centro Escolar da Vila e 21 no 1.º ciclo do Centro Escolar da Vila.

O Vereador Manuel Fernandes sugere que se melhore a forma de apresentação das listagens/mapas.

O Vereador José Custódio Domingues questiona se se verificou um aumento no número de candidaturas.

A vereadora Maria de Fátima Rodrigues de Sousa esclareceu que se verificou um aumento, mas nada de substancial. No entanto relembra que algumas candidaturas são apresentadas fora de tempo, ao longo do ano.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7986 de 16-08-2023 e no uso da competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de atribuição dos auxílios económicos de Ação Social Escolar para o ano letivo 2023/2024  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

237. Ofício da Associação Cultural e Recreativa S. Tiago de Penso, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 1 500,00€, para apoio à execução das atividades constantes no ano de 2023. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.  
O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8063 de 17-08-2023 e no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1

do artigo 33.º do Anexo I à Lei n. 975/2023, de 12 de setembro, conceder um subsídio de 1.500,00€, para apoio à execução das atividades constantes no plano de atividades da Associação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Obras e Serviços Urbanos

238. Presente requerimento em nome de Fernando José da Cunha Alves, a solicitar a alteração de tarifário doméstico para tarifário agrícola, referente ao LI3147 e LI1507, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 97554 de 01-08-2023 e no uso do n. 92 do artigo 50º do “Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água, aprovar:

- O indeferimento do pedido de tarifário agrícola, uma vez que o ponto de consumo com o LI3147 não é um edifício de apoio à agricultura, tendo instalação para casa de banho e existindo ramal de saneamento de águas residuais.
- O deferimento do pedido de tarifário doméstico para agrícola do ponto de consumo com o LI1507, pois refere-se a um edifício sem condições de habitabilidade, encontrando-se parte dele a dar apoio à atividade agrícola, pelo que possui enquadramento para auferir o tarifário solicitado.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

## Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

239. Presente requerimento em nome de Manuel Gregório, cabeça de casal de, a solicitar a emissão de certidão de constituição de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n. 92946, da freguesia de Couso, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 97837 de 09-08-2023 e no uso do artigo 54.º da Lei n. 964/2003, de 23 de agosto, a aprovação da emissão de certidão de constituição de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2946, da freguesia de Couso.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

240. Presente para efeitos de aprovação o envio para discussão pública do projeto de loteamento de Alvaredo - Arrendamento Acessível - IHRU, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara refere que este é um assunto que o Executivo acompanha há sensivelmente um ano e meio, tratando-se de um investimento público que criará uma oferta qualificada de imóveis em regime de arrendamento acessível destinado a jovens, adultos e famílias. Lembra as dificuldades que se têm sentido por parte da população de Alvaredo, com quem esteve reunido, novamente, no dia de ontem, reunião essa que lhe permitiu constatar que continua a resistência do referido grupo, o que, refere, temos que

aceitar. Esclarece que se procurou acomodar as reivindicações que foram transmitidas pela população e pela Junta de Freguesia, reduzindo o volume de construção, não fechando, no entanto, as portas a uma diminuição das 42 frações habitacionais ora propostas após o período de discussão pública. Através da visualização do projeto, explica o Presidente que para o uso habitacional estão previstos 6 lotes, com mais ou menos 400m2 de área de implantação cada, onde podem ser construídos edifícios de pequena dimensão – cave, rés-do-chão e 1.º andar – sem grande impacto na geografia e arquitetura da Freguesia, porquanto são edifícios baixos. Continua referindo que um pequeno lote será destinado a comércio e serviços, uma área para construção de um parque infantil, na sua envolvência e noutra área pretende-se a criação de espaços verdes e, por fim, prevê-se 42 lugares de estacionamento público. Relembra que a discussão pública servirá para recolher críticas e contributos, pelo que o loteamento não se encontra fechado.

O Presidente da Câmara esclarece, ainda, que depois da aprovação do loteamento estarão reunidas as condições para a continuação do processo pelo IHRU, que passará pela aquisição do terreno, pela construção das infraestruturas e, posteriormente, pela aprovação dos projetos de arquitetura e, finalmente, a construção das edificações. Afirma que este é um investimento muito importante para o desenvolvimento do território, que vai de encontro ao novo paradigma de arrendamento, e não aquisição, por parte dos mais jovens e de quem chega ao território, na medida em que cria uma oferta de habitação qualificada, com qualidade, mas a preços inferiores aos do mercado, permitindo a organização do início da vida ativa e, daí, dar o salto para uma possível compra. O Presidente termina a sua intervenção referindo a importância e ligação deste investimento com outros a decorrer no Município, como a Zona Empresarial de Alvaredo e o Grande Hotel do Peso, cujas atividades irão necessitar de recursos humanos qualificados.

O Vereador José Passos Rodrigo questionou como correu ontem a reunião com a população, qual a reação das pessoas e quais os resultados da reunião e, ainda, se foram sinalizados pontos a alterar para alcançar algum consenso.

O Vereador Manuel Fernandes recordou um abaixo-assinado, onde eram manifestadas reservas, entre as quais o receio de que o arrendamento acessível pudesse configurar habitação social. Pergunta, por isso, se a população percebeu que o projeto tem outro contexto administrativo. Questionou também se o novo projeto, com redução do número de habitações foi melhor acolhido e se houve alguma abertura para aceitar algum empreendimento com alguma dimensão.

O Presidente da Câmara respondeu que julga ter ficado esclarecido que este projeto nada tem que ver com habitação social, através da apresentação à população de Alvaredo de três projetos Municipais de âmbito social: a Estratégia Local de Habitação, onde foram reabilitadas pela Câmara Municipal 15 habitações sociais espalhadas pelo Município, estando 6 quase concluídas e 9 a iniciar a reabilitação, destinadas a indivíduos ou famílias com claras dificuldades económicas no acesso à habitação; o acompanhamento dos proprietários de habitações previamente identificadas com fracas condições de habitabilidade, através do apoio à formalização da candidatura ao programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, à aprovação de projetos de obras, bem como no acompanhamento das mesmas; a procura no mercado pelo Município de um edifício



para reabilitar que permita acolher cinco ou seis famílias na área da Vila. Conclui o Presidente afirmando julgar ter sido claro ontem, na reunião com a população de Alvaredo.

Sobre o Loteamento de Alvaredo, o Presidente continua dizendo que este investimento se destina a famílias integradas, mas sem rendimento suficiente para adquirir habitação própria a custos de mercado, principalmente devido ao período atual de inflação alta e dificuldades na obtenção de crédito à habitação. Lembra que o paradigma da ausência do Estado na habitação pública, à exceção da habitação social, está a alterar-se para dar lugar a processos como este loteamento, a exemplo de outros países europeus, onde o mercado da habitação pública permite regular o mercado imobiliário e o acesso à habitação de grande parte da população, ainda que estes exemplos sejam desconhecidos e, por isso, a associação da população a bairros de lata, ignorando que existe habitação pública qualificada e diferenciada, ainda que de valor reduzido. O Presidente refere, ainda, que este pensamento tem que desaparecer das nossas mentes, sendo necessário para tal, ao mesmo tempo, a concretização de uma política positiva de habitação pública por parte do Governo. Não obstante, conclui que Melgaço é um território atrativo para fixar população, pelo que seria um crime não agarrar esta oportunidade.

Relativamente à recetividade da população, o Presidente não se mostrou incomodado com as críticas negativas, salientando que a reunião correu de forma ordeira, as pessoas puderam ser ouvidas e explicar as suas dúvidas, ainda que um grupo de pessoas continue irredutível face aos argumentos apresentados, não mudando a sua opinião absolutamente negativa face a este investimento, mesmo perante a possibilidade de redução do número de habitações para entre 30 e 40. No entanto, o Presidente também notou que este grupo de pessoas se reduz ao longo do processo, sublinhando a intervenção de jovens que mostraram o seu agrado, até porque sentem na pele as dificuldades na aquisição de habitação própria e precisam de habitação para arrendar. Avalia o Presidente que a resistência demonstrada pelo grupo de pessoas não será ultrapassada, que nunca serão convencidas da necessidade do projeto, mesmo quando se explica que o loteamento não vem ferir o território, mas sim qualificar e trazer dinamismo, económico, social e demográfico, tão importantes para Melgaço. Conclui que todo este processo faz parte da democracia e que devemos avançar para a discussão pública, podendo haver ajustes posteriormente.

O Vereador José Passos Rodrigo referiu que, com a explicação do Presidente, julga ter compreendido o ambiente da reunião, aproveitando para questionar se essas pessoas fizeram questões ou apresentaram soluções alternativas.

O Presidente respondeu que foram feitas várias questões e que a Câmara Municipal deu nota da bondade do projeto, até com o exemplo do projeto de habitação a custos controlados erigido no antigo campo de futebol, que na altura também foi objeto de receios de guetização social, mas que o tempo demonstrou ser um investimento vencedor, onde ainda vivem com qualidade muitos dos compradores originais. O loteamento a votação apresenta o mesmo conceito de habitação qualificada, mas, conclui o Presidente, quando há lados da barricada é muito difícil fazer ouvir os argumentos.



O Vereador José Passos Rodrigo questiona o Presidente se considerou melhorada a aceitação da população.

O Presidente da Câmara considera que há um conjunto de população crescente do lado da aceitação do projeto, quer aqueles que o aceitaram perante a redução do volume, quer também a população mais jovem, que considera o projeto importante para si própria, mas que não estava representado na reunião de ontem.

O Presidente informou, ainda, que alavancados pela evolução deste projeto e de outros, chegam nota de possíveis investimentos privados na Vila e em Prado no âmbito da construção de habitação para venda e também para arrendamento, mas que em nada se mostram contraditórios com o Loteamento de Alvaredo, nem comprovam a sua menor qualidade.

Quanto ao receio da explosão populacional, o Presidente considera que, se assim for, será um bom problema no âmbito da dinamização do tecido social da freguesia, lembrando que o loteamento prevê um lote destinado a comércio e serviço e outro lote misto, com o rés-do-cão destinado a comércio, pensados para responder aos receios no âmbito da integração social.

O Vereador José Passos Rodrigo termina a sua intervenção sobre este assunto, afirmando que é conhecida a posição da sua bancada relativamente a esta matéria, da necessidade de habitação do tipo T1, T2 e T3 face aos investimentos em andamento no Município, por exemplo dois supermercados e o Hotel do Peso, mas que também é necessário responder às preocupações da população, ainda que afaste as posições radicais desta consideração. Assume serem positivas as notícias de investimento privado no âmbito da habitação, até pela proximidade à ZEA, no qual não coloca dúvidas de qualidade. Conclui, portanto, que os argumentos favoráveis à aprovação da discussão pública do Loteamento de Alvaredo por parte da sua bancada são mais fortes do que os argumentos a favor do seu indeferimento, sendo necessário medir a vontade da população.

O Vereador Manuel Fernandes questiona se, entre o tempo que decorreu entre a aprovação inicial e o conhecimento das preocupações da população, mais ou menos 3, 4 meses, foi realizada qualquer ponderação que incluísse o redesenhar do projeto através soluções alternativas ou se apenas se trabalhou no seu redimensionamento. O Vereador conclui, ainda, que os deveres dos intervenientes estão identificados, sendo que o IHRU irá responsabilizar-se pela elaboração e execução do projeto, incluindo as infraestruturas. No entanto pergunta se a Câmara Municipal irá ter alguma intervenção no desenho e, especialmente, no processo de atribuição das habitações aos candidatos, ou seja, se irá a Câmara Municipal liderar e ter o papel de decisor na aprovação dos candidatos de acordo com o regulamento futuramente aprovado.

O Presidente esclarece que foi ponderada outra localização, num terreno de propriedade da Fábrica da Igreja, iniciou-se conversações com esta entidade e com a Junta de Freguesia, mas que não chegaram a bom porto, devido à não aceitação por parte da Fábrica da Igreja. No seu seguimento, tentou-se outra solução na Vila, mas que, devido ao valor inacessível e à desadequada dimensão, não foi concretizada, tendo surgido, posteriormente, o terreno

ora em análise, que se mostrou adequado. Esclareceu, ainda, o Presidente que entre as duas reuniões realizadas com a população de Alvaredo, o Executivo tentou encontrar um terreno igual, mas que não foi possível. Consequentemente, conclui que, após estas tentativas, os esforços voltaram-se para o redimensionamento do loteamento.

Quanto às responsabilidades dos intervenientes, o Presidente clarificou que o IHRU será responsável pela aquisição do terreno, pela construção das infraestruturas, bem como pelo lançamento do concurso público tendente à aquisição do projeto e construção dos prédios. O financiamento do contrato que seguirá o referido concurso público será da responsabilidade do IHRU e o financiamento da aquisição dos terrenos e da construção das infraestruturas será o Município a assegurar. Quanto à exploração e gestão das habitações, irá ser elaborado um regulamento pelo Município de Melgaço em articulação com o IHRU, mas ainda não é certo qual o papel preponderante nesta matéria, ainda que seja um processo partilhado e que a parte mais fina de definição dos critérios seja municipal.

O Vereador Manuel Fernandes tomou a palavra reafirmando a posição da sua bancada, conhecida desde o início do mandato, favorável ao incremento da habitação pública, até em reuniões preparatórias realizadas neste processo, pelo que, por razões de coerência e consciência, não podem, agora, votar contra. Esclarece que a localização é indiferente, o importante é mesmo cumprir o dever que pende sobre o Executivo de colmatar uma necessidade sentida no concelho. Apontou ainda o Vereador, com agrado, a preocupação que sentiu de envolver os vários intervenientes neste processo, isto é, a Oposição, a Junta e Assembleia de Freguesia, bem como a população, ainda, que, face às discordâncias e à sua exigência de maximizar o consenso, sugira que não se feche as portas ao debate após a discussão pública e que se encontre mecanismos para diluir as preocupações da população, através do acompanhamento de todo o processo, na medida em que, conclui, um maior envolvimento possibilita um processo mais pacífico.

O Presidente termina o assunto, concordando.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8043 de 17-08-2023 e no uso da faculdade que lhe confere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, conjugado com o n.º 7 do artigo 89.º de DL 80/2015, a aprovação do envio para discussão pública do projeto de loteamento de Alvaredo – Arrendamento Acessível – IHRU.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.30 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Amc Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal

  
\_\_\_\_\_  
Manoel Batista Calçada Pombal